

EXTRATO DA PORTARIA Nº 061/2017-MP/3ªPJ/STM

A Promotora de Justiça respondendo pela 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo SIMP nº 013717-031/2015, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria: 061/2017-MP/3ªPJ/STM

Reclamante(s): Jaci da Silva Carneiro

Reclamado(s): Delegacia de Santarém - 16ª Seccional Urbana de Santarém

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça.

Protocolo: 248678

EXTRATO DA PORTARIA Nº 003/2017-MP/3ªPJ/STM

A Promotora de Justiça respondendo pela 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo SIMP nº 013293-031/2016, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria: 003/2017-MP/3ªPJ/STM

Reclamante(s): ROSILANE LEAL DE ANDRADE E CARLOS DORIVALDO RIBEIRO REBELO

Reclamado(s): POLICIAL MILITAR JACKSON COTA

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça.

Protocolo: 248292

EXTRATO DA PORTARIA Nº 005/2017-MP/3ªPJ/STM

A Promotora de Justiça respondendo pela 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo SIMP nº 002299-031/2016, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria: 005/2017-MP/3ªPJ/STM

Reclamante(s): Manoel Carlos Correa

Reclamado(s): Em apuração

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça.

Protocolo: 248296

EXTRATO DA PORTARIA Nº 026/2017-MP/3ªPJ/STM

A Promotora de Justiça respondendo pela 3ª PJ de Santarém de Direitos Humanos, Controle Externo da Atividade Policial, Execuções Penais, Penas e Medidas Alternativas com fundamento no Art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/2007, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo SIMP nº 013383-031/2016, que se encontra em trâmite na 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

Portaria: 026/2017-MP/3ªPJ/STM

Reclamante(s): Ana Assunção Sardinha Tavares e Francisco Marques Tavares

Reclamado(s): Em apuração

Assunto: apurar as informações prestadas pelo(s) reclamante(s) e adotar medidas cabíveis de correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial, atuação do Controle Externo da Atividade Policial da 3ª Promotoria de Justiça de Santarém.

DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA, Promotora de Justiça.

Protocolo: 248600

PORTARIA Nº 7154/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a convocação ad referendum do Conselho Superior do Ministério Público da promotora de justiça Maria do Socorro Pamplona Lobato pela portaria 5466/2017-MP/PGJ, de 24/8/2017, para atuar na Procuradoria de Justiça Cível;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo da promotoria de justiça da infância e juventude de Belém;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça SÍLVIA BRANCHES SIMÕES para exercer na promotoria de justiça da infância e juventude de Belém, as atribuições do 2º cargo, no período de 9 a 23/10/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 26 de outubro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7495/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 45370/2017, em 8/11/2017;

R E S O L V E:

REVOGAR, a contar de 6/11/2017, a designação do promotor de justiça PEDRO RENAN CAJADO BRASIL para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Uruará, contida na Portaria Nº 7234/2017-MP/PGJ, de 30/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7496/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a remoção, pelo critério de merecimento, do promotor de justiça Pedro Renan Cajado Brasil para o cargo da promotoria de justiça de Acará, conforme Portaria Nº 7008/2017-MP/PGJ, de 24/10/2017, publicada no D.O.E. de 26/10/2017;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 45370/2017, em 8/11/2017;

R E S O L V E:

REVOGAR, a contar de 6/11/2017, a designação da promotora de justiça PAULA SUELY DE ARAÚJO ALVES CAMACHO para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Acará, contida na Portaria Nº 6599/2017-MP/PGJ, de 3/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7497/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO os termos dos expedientes protocolizados sob nº 42132 e 42392/2017;

R E S O L V E:

REVOGAR a designação do promotor de justiça TIAGO ARRUDA DA PONTE LOPES para, sem prejuízo das demais atribuições, oficial nas sessões do tribunal do júri, pautadas para os dias 8 e 9/11/2017, referentes aos autos dos processos nº 0003156-10.2014.8.14.0076 e 0000461-49.2015.8.14.0076, ambas de a atribuição do cargo da promotoria de justiça de Acará, contida na Portaria Nº 7061/2017-MP/PGJ, de 25/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7498/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a remoção, pelo critério de antiguidade, da promotora de justiça Daliana Monique Souza Viana para o cargo da promotoria de justiça de Aurora do Pará, conforme Portaria Nº 7005/2017-MP/PGJ, de 24/10/2017, publicada no D.O.E. de 26/10/2017;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 44083/2017, em 30/10/2017;

R E S O L V E:

REVOGAR, a contar de 30/10/2017, a designação da promotora de justiça ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO para, sem prejuízo das demais atribuições, exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Aurora do Pará, contida na Portaria Nº 7070/2017-MP/PGJ, de 25/10/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7499/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a vacância do cargo da promotoria de justiça de Porto de Moz;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da promotoria de justiça de Porto de Moz;

CONSIDERANDO os termos do expediente protocolizado sob nº 43072/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR a promotora de justiça SABRINA SAID DAIBES DE AMORIM para exercer as atribuições do cargo da promotoria de justiça de Porto de Moz, no período de 13 a 22/11/2017, sem prejuízo das demais atribuições.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7500/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;

CONSIDERANDO a atuação do promotor de justiça Luiz Gustavo da Luz Quadros no município de Castanhal;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 3º cargo das promotorias de justiça de Paragominas;

CONSIDERANDO os termos do ofício nº 009/2017/MP/CoorRA-MP 05, datado de 25/10/2017, protocolizado sob nº 43551/2017, em 26/10/2017;

R E S O L V E:

DESIGNAR os promotores de justiça abaixo nomeados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem nas promotorias de justiça de Paragominas, as atribuições do 3º cargo, nos períodos indicados:

I – NAIARA VIDAL NOGUEIRA, de 1º a 19/11/2017 e de 25 a 30/11/2017;

II – REGINALDO CÉSAR LIMA ÁLVARES, de 20 a 24/11/2017;

III – DALIANA MONIQUE SOUZA VIANA, de 1º a 31/12/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 9 de novembro de 2017.

CÂNDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO

Subprocuradora-Geral de Justiça,

Área jurídico-institucional

PORTARIA Nº 7501/2017-MP/PGJ

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de julho de 2013;

CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, nº 057, de 06 de julho de 2006;